

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

GIULIANNA MARIA BERTOLDO DE LIMA

**PRONAF E SEUS EFEITOS SOBRE O BEM-ESTAR DOS BENEFICIÁRIOS: UMA
REVISÃO DE LITERATURA DE 1999 A 2019**

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2022**

GIULIANNA MARIA BERTOLDO DE LIMA

**PRONAF E SEUS EFEITOS SOBRE O BEM-ESTAR DOS BENEFICIÁRIOS: UMA
REVISÃO DE LITERATURA DE 1999 A 2019**

Trabalho final, apresentado à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Agronegócio.

Orientadora: Profa. Maria Micheliana da Costa Silva

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2022**

GIULIANNA MARIA BERTOLDO DE LIMA

**PRONAF E SEUS EFEITOS SOBRE O BEM-ESTAR DOS BENEFICIÁRIOS: UMA
REVISÃO DE LITERATURA DE 1999 A 2019**

Trabalho final apresentado ao curso de Agronegócio da Universidade Federal de Viçosa como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Agronegócio.

Orientadora: Profa. Maria Micheliana da Costa Silva

Aprovado: 22 de março de 2022.

Dra. Maria Micheliana da Costa Silva
(Orientadora - DER/UFV)

Dra. Luana Ferreira dos Santos
(DAD/UFV)

Ms. Caroline da Costa Nascimento de Deus
(PPGEA/UFV)

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2022**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
1.1. PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA.....	6
1.2. HIPÓTESES.....	7
1.3. OBJETIVOS.....	7
1.3.1.OBJETIVO GERAL.....	7
1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	7
2. PRONAF: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	7
3. METODOLOGIA.....	9
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	10
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
6. REFERÊNCIAS.....	17

PRONAF E SEUS EFEITOS SOBRE O BEM-ESTAR DOS BENEFICIÁRIOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA DE 1999 A 2019

RESUMO: Este trabalho objetivou realizar uma revisão de literatura, a fim de analisar os efeitos do PRONAF sobre o bem-estar de propriedades rurais de cunho familiar no Brasil, particularmente nas regiões Sul e Sudeste entre os anos 1999 e 2019, por meio das variáveis renda e produtividade parcial e total dos fatores. Esta pesquisa é de natureza aplicada e abordagem qualitativa, possuindo caráter exploratório, utilizando a técnica de documentação indireta bibliográfica, por meio do levantamento de informações em dados de fontes secundárias, como teses, artigos científicos, revistas, livros e sites governamentais. Os resultados encontrados a região Sul e para o Brasil, de forma geral, demonstraram que o PRONAF pode impactar positivamente no aumento de bem-estar de seus beneficiários, uma vez que foram encontrados resultados positivos da influência deste programa sobre a renda e produtividade parcial das famílias tomadoras de crédito, bem como no uso de tecnologias e veículos. O que não pode ser afirmado de modo geral para a região Sudestes, pois os resultados encontrados, para a variável renda, indicavam seu aumento, sem apresentar uma afirmação concreta, porém, para a produtividade, os resultados foram positivos. Além disso, observou-se efeitos positivos também para outras variáveis como o PIB municipal, VAB agropecuário, PIB *per capita*, PIB municipal *per capita* e PIB total do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: PRONAF; Renda; Produtividade; Bem-Estar; Beneficiário.

ABSTRACT: This study aims to conduct a literature review in order to analyze the effects of PRONAF on the well-being of rural properties of family nature in Brazil, particularly in the South and Southeast regions between 1999 and 2019, through the variables income and partial and total productivity of the factors. This research is of an applied nature and a qualitative approach, having an exploratory character, using the technique of indirect bibliographic documentation, through the collection of information in data from secondary sources, such as theses, scientific articles, journals, books and government websites. The results found in the South region and for Brazil, in general, showed that PRONAF can positively impact the increase in the well-being of its beneficiaries, since positive results of the influence of this program on the income and partial productivity of credit-taking families, as well as on the use of technologies and vehicles were found. This cannot be stated in general for the Southeast region because the results found for the income variable indicated an increase in income, without presenting a concrete statement, but for productivity, the results were positive. In addition, positive effects were also observed for other variables such as municipal GDP, agricultural VAB, GDP *per capita*, municipal GDP *per capita* and total GDP of Brazil.

KEYWORDS: PRONAF; Income; Productivity; Well-being; Beneficiary.

1. INTRODUÇÃO

Em um contexto de uma agricultura elitista e segregada, em que pessoas com realidades diferentes adotam meios de produção mais voltados às suas condições (AQUINO; TEIXEIRA; TONNEAU, 2004), foi notória a necessidade de se criar políticas que facilitassem o acesso do agricultor marginalizado aos meios de produção com maior eficiência econômica. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF – em 1996, é um exemplo, com a missão de combate às desigualdades acarretadas pelas políticas tradicionais de desenvolvimento tecnológico na agricultura (AQUINO; SCHNEIDER, 2011), com a finalidade de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996). Estes são pontos importantes para a população assistida, estando intrinsecamente relacionados ao bem-estar e desenvolvimento econômico de sua propriedade.

O PRONAF é um programa de financiamento que disponibiliza recursos de acordo com o grupo ou linha que o produtor se encaixa, a taxas de juros abaixo do mercado, tornando-as mais acessíveis. Tais grupos são classificados de acordo com a situação do agricultor. É considerado agricultor familiar aquele que possui um empreendimento familiar rural de acordo com a Lei Nº11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), ou seja, não deve possuir área maior do que quatro módulos fiscais, utilizar predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas em seu negócio, atender ao percentual mínimo de renda familiar obtida pelo seu empreendimento e o empreendimento deve ser gerido pela família. A lei também engloba silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e quilombolas (rurais).

Sendo essa uma das principais políticas agrícolas para a agricultura familiar, muitos estudos têm se dedicado a avaliar seus efeitos, como Aquino, Teixeira e Tonneau (2004), que encontram efeitos positivos do programa para gerar e manter ocupações no meio rural, em que a cada operação de crédito, manteve-se 4,84 ocupações e gerou-se 0,58 novas ocupações, sendo, deste modo, uma política eficiente contra o êxodo rural acelerado, a partir de uma análise em oito estados brasileiros, sendo eles Bahia (BA), Ceará (CE), Goiás (GO), Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS) e Rondônia (RO). Por outro lado, em relação à produtividade, Araújo e Vieira Filho (2018) sugerem que, em

todas as cinco regiões brasileiras, houve redução da produtividade da terra entre beneficiários, já que se percebeu um aumento da área de produção agrícola ao adquirir o crédito. No âmbito da distribuição geográfica e entre grupos, o PRONAF tem atingido grupos e regiões que possuem maior desenvolvimento de suas propriedades (AQUINO; TEIXEIRA; TONNEAU, 2004).

Diante deste cenário, o presente trabalho analisa, por meio de uma revisão de literatura, os efeitos do PRONAF no bem-estar dos beneficiários. Sendo essas análises feitas através das variáveis renda e produtividades parcial e total dos fatores. Deste modo, será possível contribuir apresentando um trabalho que deixe de forma sucinta uma conclusão sobre o PRONAF afetar de forma positivo ou negativa o bem-estar dos produtores tomadores de crédito do Brasil e regiões Sul e Sudeste, visto a baixa quantidade de trabalhos sobre o tema.

1.1. PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Neste trabalho, pretende-se reunir estudos que avaliem a efetividade do PRONAF quanto aos seus resultados na esfera econômica dos beneficiários brasileiros, fazendo um paralelo entre os resultados a nível nacional, em comparação com os regiões Sul e Sudeste, já que estas são historicamente as duas regiões brasileiras que retêm maior parte do montante de crédito disponibilizado para todo o Brasil (AQUINO, TEIXEIRA, TONNEAU, 2004; SILVA, 2006; AQUINO, SCHNEIDER, 2011; AQUINO, SCHNEIDER, 2015; PEREIRA, SILVA, BACCARIN, 2015; SOUZA, REBELLO, SANTOS, 2021). Considerando que, de acordo com Pindyck e Rubinfeld (2013), não existe nenhum meio de se medir de forma objetiva o bem-estar, podemos utilizar variáveis que podem interferir diretamente no nível de satisfação dos produtores rurais familiares, como será possível observar adiante, sendo o caso da variável renda e da variável produtividade, já que se considera os empreendedores rurais. Assim, o presente trabalho busca responder: quais são os efeitos do PRONAF sobre o bem-estar dos beneficiários, medido pela produtividade e renda, entre os anos 1999 e 2019?

A contribuição está na seleção e compilação de trabalhos para as duas décadas, que busquem identificar estes efeitos, bem como reunir trabalhos que demonstrem efeitos do programa para renda e produtividade de produtores que, antes dessa política, eram considerados marginalizados. Este trabalho também contribui trazendo os efeitos do PRONAF em outras variáveis, como o Produto Interno Bruto (PIB). Além de poder colaborar

com a análise da efetividade do programa em seus objetivos que, caso não estejam sendo cumpridos, abre a possibilidade para a revisão das disposições do programa.

1.2. HIPÓTESES

O PRONAF contribui para um aumento do bem-estar de seus beneficiários, através do aumento da produtividade e a renda para os produtores das regiões Sul, Sudeste e para o Brasil de modo geral.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. OBJETIVO GERAL

Analisar, por meio de uma revisão de literatura, os efeitos do PRONAF sobre o bem-estar de propriedades rurais de cunho familiar, em 20 anos no Brasil, particularmente nas regiões Sul e Sudeste, entre os anos 1999 e 2019, por meio de trabalhos que estudem dentro deste período e faça análise das variáveis renda e produtividade.

1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar as principais evidências sobre os impactos do PRONAF na renda e produtividade dos beneficiários, a fim de organizar os resultados dos trabalhos pesquisados e analisar suas implicações. A partir disso, pretende-se realizar uma análise sobre o potencial do PRONAF de impactar a renda e produtividade do produtor rural familiar e, conseqüentemente, do seu bem-estar a partir de uma análise para o Brasil e as regiões Sul e Sudeste, principais tomadoras do crédito.

2. PRONAF: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Na década de 1990, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apresentaram uma forma de categorização dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, diferenciando-os em “patronal” e “familiar” (SCHNEIDER, 2003). Porém, a definição de agricultura familiar no Brasil, oficialmente, está representada na Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, explicitando que, para ser considerado agricultor/empreendedor familiar, o indivíduo deve praticar atividades no meio rural, possuir uma área de até quatro módulos fiscais, utilizar na atividade

econômica rural mão de obra familiar em sua maioria, a renda familiar deve ter a porcentagem mínima estipulada com origem da atividade econômica exercida em seu estabelecimento, seu estabelecimento/empreendimento deve ser dirigido por sua família.

Podem ainda ser enquadrados na modalidade agricultura familiar: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e “integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais”, segundo a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Sua definição foi um passo em direção à mudança de perspectiva para as políticas públicas voltadas para o setor rural, as quais eram baseadas no modelo de agricultura patronal e acabavam marginalizando o agricultor familiar, e para a criação do PRONAF na década de 90 (AQUINO; TEIXEIRA; TONNEAU, 2004).

Utilizando o critério apresentado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a agricultura familiar foi subdividida em três categorias, de acordo com as características de cada propriedade em relação às inovações tecnológicas e políticas públicas, podendo ser: consolidada (com acesso às condições listadas e consideradas “empresas rurais”); de transição (acesso pouco efetivo às condições preestabelecidas e possuindo viabilidade econômica); periférica (dependentes de políticas e sem viabilidade econômica) (FAO, 2005, p.9-10). As políticas públicas voltadas para este setor, começaram a se desenvolver a partir de estudos que passaram a entender o possível papel da agricultura familiar como gerador de empregos, conseqüentemente gerador de renda, qualidade de vida e voltando olhares à pobreza rural (LAVINAS; COBO, 2012). A partir de novas perspectivas, Lelis e Clark (2016) explicitam que o desenvolvimento rural passou a ganhar força a partir da década de 90, com a formulação de “políticas estatais direcionadas a assuntos até então pouco tratados”, como é o caso de acesso ao crédito por pequenos produtores e outras perspectivas de inclusão de grupos marginalizados.

Todavia, tais políticas públicas definidas para o “desenvolvimento rural” podem ser subdivididas em três fases. A primeira (1993-1998), trata da fase inicial com foco no fortalecimento do setor agro, voltada para a inserção de novas políticas públicas, abrangendo desde políticas de assentamentos de reforma agrária, até de seguro e crédito rural, que são, dentre outros, voltadas ao acesso ao crédito por pequenos produtores familiares, podendo citar a criação do PRONAF em 1996. Já a segunda fase foi embasada no assistencialismo e em políticas de cunho social, de tal forma que se viu a necessidade de abranger um conjunto maior de produtores que ainda não se encaixavam no programa, então criou-se, entre outros, o

Grupo B do PRONAF, além de também criar outros programas para atender o enfoque social, como, por exemplo, o Programa Garantia Safra e o Programa de Habilitação Rural (PHR). Assim, a terceira fase, possui enfoque na construção de mercados que visem a segurança alimentar e preocupados com a sustentabilidade ambiental, sendo criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003, o qual é considerado um marco do início desta fase que se considera ainda ocorrer em 2021. (GRISA, SCHNEIDER, 2014; LAVINAS; COBO, 2012, p.159).

Dentro deste cenário dessa primeira fase, considerando a necessidade de criação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, instituiu-se o PRONAF, elaborado em 1995 e finalmente criado em 1996 (FAO, 2005). Seu intuito baseia-se, de acordo com o Decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996, na perspectiva de aumentar a capacidade produtiva das propriedades rurais, gerando empregos e maior renda, juntamente com a melhoria da qualidade de vida e aprimoramento profissional, além da promoção do desenvolvimento sustentável.

Em relação à sua distribuição, Aquino, Teixeira e Tonneau (2004) concluem que há um desequilíbrio quanto à distribuição do crédito por regiões brasileiras, onde as que mais necessitam de crédito, são as menos favorecidas; explicando a ocorrência de tal desequilíbrio pelo fato de haver “maior organização dos agricultores do Sul; pressões de empresas agroindustriais a qual estes produtores estão vinculados; e desarticulação e baixa inserção social dos produtores do Nordeste”. A diversidade da agricultura familiar também é enfatizada pelos mesmos, explicitando, assim, a dificuldade do Pronaf em conseguir abranger todas as formas familiares de produção utilizando critérios macro, devido à extensão e diversidade brasileira, o que acaba afetando de forma negativa pessoas e localidades economicamente pobres. É possível acrescentar que o Pronaf “necessita de uma reestruturação para se adequar aos seus objetivos de redução da pobreza e de ampliação da renda do agricultor final” (ARAUJO; VIEIRA FILHO, 2018, p.40). Ademais, analisando os efeitos do Pronaf em determinados estados, Aquino, Teixeira e Tonneau (2004) puderam verificar que 44,4% dos agricultores beneficiários obtiveram uma elevação de sua renda e observaram pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE - (1999) que 40,3% puderam manter a renda sem alterações.

3. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, realiza-se uma revisão de literatura, a partir da busca e seleção de textos focados na apresentação de resultados sobre renda e produtividades parcial e total dos fatores. Sendo esta uma pesquisa de caráter exploratório, a fim de identificar quais os efeitos no bem-estar dos beneficiários do PRONAF, a técnica utilizada foi a documentação indireta bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2012), através do levantamento de informações em revistas, artigos e teses. De natureza aplicada e abordagem qualitativa, os dados utilizados são de fontes secundárias, como artigos científicos, revistas e teses.

Visto que a análise é sobre o bem-estar, o levantamento foi feito com base nas variáveis produtividade e renda, que representaram o bem-estar. A variável produtividade é referente à produtividade total dos fatores, a qual pode ser entendida como, de acordo com Gasques e Conceição (2000), “o aumento da quantidade de produto que não é explicado pelo aumento da quantidade dos insumos, mas sim pelos seus ganhos de produtividade” e à produtividade parcial, como a produtividade da terra e do trabalho. Já a variável renda em questão foi analisada em sua forma “bruta”, não deflacionando a moeda.

Na teoria microeconômica é enfatizado que os consumidores possuem restrições orçamentárias, ou seja, eles possuem um limite para a aquisição de bens e serviços. Desta forma, é possível entender a utilização da variável renda como medida de bem-estar, visto que os indivíduos tentam, consciente ou inconscientemente, maximizar seu bem-estar, seu nível de satisfação, a partir da forma que irão alocar sua renda. (PINDYCK; RUBINFELD, 2013).

Essas ideias partem da Teoria do Comportamento do Consumidor, a qual, como dito pelos autores Pindyck e Rubinfeld (2013), explicita que com determinada renda, os consumidores possuem uma certa cesta de bens que maximizam sua utilidade, ou seja, seu nível de bem-estar, dentro de suas preferências. Assim, podemos identificar como bem-estar, o nível de satisfação dos indivíduos com sua cesta de bens, a depender de sua renda.

Visto que, mesmo que este cenário esteja mudando, a renda de produtores rurais familiares enquadrados no PRONAF depende majoritariamente de sua produção, foi decidido adicionar a variável produtividade total dos fatores à esta análise. O motivo se dá pelo fato que esta variável possui forte influência na sobrevivência do empreendimento, podendo

demonstrar se o empreendimento é viável ou está em condições próximas à falência. (ALVES, 2010)

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho foi feito a partir de pesquisas em acervos como *Scielo* e *Scholar Google*, empregando as palavras “produtividade”, “renda”, “PRONAF” e o nome dos estados das regiões em questão para realizar as buscas, por fim utilizando apenas aqueles trabalhos que estudaram o PRONAF entre os anos de 1999 e 2019, compreendendo um período de análise de 20 anos. Os principais arquivos para análise encontrados consideram o Brasil, de modo geral, e as regiões Sul e Sudeste, sendo estes as principais regiões receptoras de crédito, de forma que a primeira possui maior destaque como tomador de crédito (AQUINO, TEIXEIRA, TONNEAU, 2004; SILVA, 2006; AQUINO, SCHNEIDER, 2011; AQUINO, SCHNEIDER, 2015; PEREIRA, SILVA, BACCARIN, 2015; SOUZA, REBELLO, SANTOS, 2021). Um fato constatado nos trabalhos analisados é a desigual distribuição do PRONAF entre as regiões brasileiras (AQUINO, SCHNEIDER, 2015; SOUZA, REBELLO, SANTOS, 2021), podendo ser explicada pelo fato de que os estados de maior renda são os maiores detentores dos financiamentos (PEREIRA, SILVA, BACCARIN, 2015).

Foram encontrados 27 trabalhos para realizar a análise de acordo a sistematização de pesquisa, sendo 7 voltados à região Sul, 5 à região Sudeste, 1 para ambas regiões, 2 para o Brasil voltado às regiões sul e Sudeste e 12 para o Brasil de forma geral em que os principais assuntos são: *avaliação da renda dos beneficiários, avaliação da produtividade, investigação sobre a distribuição de contratos, análise do VAB (valor adicionado bruto) agropecuário, análise do PIB (produto interno bruto) municipal e geral das áreas estudadas*. Para visualização, no Quadro 1 estão listados os títulos, com seus respectivos autores e ano de publicação.

Quadro 1 – Trabalhos analisados

Autor	Título	Ano
KAGEYAMA, A.	Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito	2003
MAGALHÃES, A. M. et al.	<i>The family farm program in Brazil: the case of Parana</i>	2005

MATTEI, L.	Impactos do Pronaf: análise de indicadores	2005
SILVA, F. F.	Distribuição de crédito para a agricultura familiar: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural.	2006
GUANZIROLI, C. E.	PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural	2007
GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.	Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul	2013
SANTOS, R. B. N.; BRAGA, M. J.	Impactos do crédito rural na produtividade da terra e do trabalho nas regiões brasileiras	2013
BATISTA, H. R.; NEDER, H. D.	Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001-2009).	2014
CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S.	Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).	2014
MOREIRA, V.; SILVEIRA, S. F. R.; MOTTER, K. Z.	Avaliação de impacto do Pronaf B sobre a satisfação de agricultores familiares em municípios de Minas Gerais.	2014
AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S.	O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro.	2015
MALHEIROS, et al.	A influência do PRONAF na economia regional e na geração de renda em pequenas propriedades rurais	2015
HELFAND, S.; GARCIA, F.; PORTELA, A.	<i>Conditional Cash Transfers and Rural Development Policies in Brazil: Exploring Potential Synergies between Bolsa Familia and PRONAF</i>	2015
PEREIRA, R. L.; SILVA, D. B. P.; BACCARIN, J. G.	Distribuição dos créditos do PRONAF em relação ao número de agricultores e renda bruta da agricultura familiar nas regiões geográficas brasileiras, de 1999 a 2013.	2015
MARIONI, L. DA S.; VALE, V. A.; PEROBELLI, F. S.; FREGUGLIA, R. S.	Uma aplicação de regressão quantílica para dados em painel do PIB e do PRONAF.	2016
MIRANDA, D. L. R.; GOMES, B. M. A.	Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil.	2016
ARAÚJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J.	Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016	2018

E. R.		
RODRIGUES, G. M. et al.	Os desafios do desenvolvimento rural: uma análise dos efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nos Municípios fluminenses de Paty do Alferes, Valença e Vassouras	2018
BRINKER, I.	O crédito na agricultura brasileira no período 2013-2018: Um estudo do PRONAF, PRONAMP e demais linhas de crédito rural, com ênfase no investimento	2019
GOMES, I.; MELLO, S.; BOLZAN, L.	Os efeitos da concessão de crédito rural no sul do Brasil no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.	2019
GUANZIROLI, C. E.	Fronteiras de Responsabilidade do PRONAF: Lógica de Intervenção, Avaliações e Sugestões de Política	2019
OLIVEIRA, D. V.	O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): uma avaliação de impacto na renda dos agricultores da região Sudeste	2019
OLIVEIRA, R. A. DE; BUENO, L. R.	O impacto do financiamento do PRONAF sobre indicadores agrícolas nas lavouras do Estado do Paraná: uma análise de dados em painel.	2019
RODRIGUES, G. M.	O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios	2019
ARAUJO, J. A.; ALENCAR, M. O.; VIEIRA FILHO, J. E. R.	Crédito rural e agricultura familiar no Brasil: uma avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	2020
SILVA, T. G. M.	Análise dos efeitos do PRONAF custeio e investimento sobre a produtividade agropecuária dos municípios de Minas Gerais	2021
SOUZA, C. C. M.; REBELLO, F. K.; SANTOS, M. A. S.	Impactos econômicos, sociais e ambientais do PRONAF no Brasil: uma revisão sistemática da literatura	2021

Fonte: Elaboração própria.

4.1. RESULTADOS PARA AS REGIÕES SUL E SUDESTE

Analisando os trabalhos voltados apenas para a região Sul, foi possível observar que os produtores familiares que adquiriram o PRONAF tiveram um incremento em sua renda (GOMES, MELLO, BOLZAN, 2019; MIRANDA, GOMES, 2016), mesmo que de forma modesta (MAGALHÃES, et al., 2005). No entanto, é importante destacar que o trabalho de Magalhães et al. (2005) estuda um período mais antigo (2001), podendo interferir em seu resultado, visto que o programa passou por modificações desde sua criação, como a criação

do PAA em 2003 que pode auxiliar os produtores de forma associada, sendo o PRONAF atualmente a política pública mais consolidada.

Outros resultados encontrados acerca de impactos econômicos para a região Sul do Brasil, é a contribuição positiva observada do PRONAF para o VAB agropecuário e o PIB municipal *per capita* (GOMES, MELLO, BOLZAN, 2019; MALHEIROS et al., 2015). Um ponto observado por Gazolla e Schneider (2013) é a alocação dos recursos pelos beneficiários para outras finalidades além das apresentadas no projeto aprovado para a contemplação do programa, o que acabaria levando o programa a ser mais um como todos os outros do sistema de crédito brasileiro que abrangem apenas os grandes produtores.

Assim como Magalhães et al. (2005) observou que os efeitos na renda foram positivos, porém modestos, também identificou que para a produtividade também houve um aumento modesto, ainda que positivo, o que acaba sendo mais uma confirmação da influência do período em que foi feita a pesquisa e o relativo curto tempo estudado. Além disso, pesquisas mais atuais relataram um aumento da produtividade no Sul (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2013; GOMES, MELLO, BOLZAN, 2019) e a capacidade produtiva (MIRANDA, GOMES, 2016). Somente Oliveira e Bueno (2019) observaram efeitos negativos, mesmo que pouco significativos, sobre o aumento de produtividade para as produções no estado do Paraná em seu estudo compreendido entre 2007 e 2012, observando resultados positivos para a elevação de produtividade apenas para os produtos mandioca e milho. Os autores ainda sugerem a possível redução da pobreza rural através do PRONAF.

Deste modo, pode-se observar que, para a região Sul brasileira, o programa está trazendo resultados positivos tanto para a renda, quanto para o aumento de produtividade. Gazolla e Schneider (2013) ainda fazem referência ao aumento da produtividade pelo fato da maior adoção e investimento em tecnologias e veículos. A partir disso, podemos relacionar estes resultados a uma geração de bem-estar para os beneficiários do programa na região Sul.

Outra importante região na distribuição do PRONAF é o Sudeste (SILVA, 2006; SOUZA, REBELLO, SANTOS, 2021; AQUINO, SCHNEIDER, 2015; OLIVEIRA, 2019; PEREIRA, SILVA, BACCARIN, 2015). Considerando essa região, Rodrigues et al. (2018) e Oliveira (2019) observaram efeito positivo na renda dos beneficiários do PRONAF. Enquanto Moreira, Silveira e Motter (p. 449, 2014) não observaram uma “melhoria social ampla” pelo microcrédito, apenas observam que a melhoria das condições de vida dos beneficiários se dá

pelo incremento à renda, por meio de programas adicionais do PRONAF B, que facilitam a entrada no mercado local.

Já os efeitos do programa em relação à produtividade foram positivos (RODRIGUES, 2019; SILVA, 2021), assim como para o aumento da produção (RODRIGUES et al., 2018). Oliveira (2019) ainda enfatiza a possibilidade de o PRONAF influir em melhoras da qualidade de vida das famílias tomadoras do crédito. Silva (2021) ainda explica que, mesmo havendo o aumento da produtividade regional, em seu estudo para Minas Gerais, não foi homogêneo e significativo para os municípios analisados. Entretanto, Rodrigues et al. (2018) destacam que questões relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável aparentam não se inserirem no funcionamento do programa para os municípios fluminenses de Paty dos Alferes, Valença e Vassouras.

4.2. O PRONAF E SEUS EFEITOS PARA O BRASIL

Para o Brasil de forma geral, os resultados foram bem parecidos com os regionais, uma vez que se obteve resultados positivos para um acréscimo na renda dos beneficiários (SOUZA, REBELLO, SANTOS, 2021; BATISTA, NEDER, 2014; ARAUJO, ALENCAR, VIEIRA FILHO, 2020). No entanto, de outro modo, Helfand, Garcia, Portela (2015) não observaram relação entre o crescimento do PRONAF e da renda para o Brasil, assim como Guanziroli (2007), o qual demonstrou que seus resultados, por mais que sejam positivos, foram inconclusivos, pois, segundo o mesmo, estes foram insignificantes. E, com uma outra interpretação, Guanziroli (2019) afirma a necessidade de realizar uma associação entre as linhas de custeio e investimento do programa ou também entre outras formas de apoio ao produtor rural para que ele possa aumentar sua renda e produtividade, como o próprio autor cita os programas PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Outras análises também trouxeram o impacto do PRONAF para o PIB. Nelas, observou-se que, para o PIB agropecuário este programa apresentou resultados positivos (CASTRO, RESENDE, PIRES, 2014; BRINKER, 2019; MATTEI, 2005; MARIONI, VALE, PEROBELLI, FREGUGLIA, 2016), para o PIB *per capita* (CASTRO, RESENDE, PIRES, 2014). Marioni, Vale, Perobelli e Freguglia (2016) afirmam que estes efeitos também foram observados para o PIB total brasileiro.

Os resultados para o aumento de produtividade tiveram resultados positivos para todo o Brasil (GUANZIROLI, 2007; CASTRO, RESENDE, PIRES, 2014; SOUZA, REBELLO, SANTOS, 2021; MATTEI, 2005; ARAÚJO, ALENCAR, VIEIRA FILHO, 2020). Entretanto, Helfand, Garcia e Portela (2015), ao analisarem o Brasil como um todo, observaram que o aumento da produtividade relacionado ao PRONAF possui maior impacto no Sul. De modo semelhante, Araújo e Vieira Filho (2018), também analisando o país de forma geral, destacam que o programa reduziu a produtividade da terra, assim como Santos e Braga (2013), que afirmam que não houve impacto na produtividade da terra para as regiões Sul e Sudeste, porém houve aumento da produtividade da mão de obra, apenas para a região Sul.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possui o objetivo de identificar os impactos do PRONAF no bem-estar dos produtores rurais, por meio de variáveis como a renda e produtividade. Optou-se pela análise entre os anos 1999 e 2019, para que se tenha uma amostra maior, dando maior representatividade ao estudo. Além disso, como as regiões Sul e Sudeste recebem grande parte do montante contratado nacionalmente pelo PRONAF, fato que induziu a escolher tais regiões para análise, em conjunto com estudos abrangentes sobre o Brasil como um todo.

Em relação aos resultados encontrados, para a região Sul, observou-se diferenças positivas para renda, VAB pecuário, PIB municipal *per capita* e aumento de uso de tecnologia. Também notou-se que, na grande maioria dos trabalhos, houve aumento na produção e produtividade destes produtores. Tais resultados sugerem um possível aumento de bem-estar para os produtores desta região.

Para a região Sudeste, os resultados sobre o aumento da renda foram positivos, porém não podemos tratar como uma verdade absoluta dada a baixa quantidade de trabalhos focados na área. O que não acontece com os resultados relacionados ao aumento de produção para a região, demonstrando sim um aumento de produtividade, porém havendo redução da produtividade da terra. Mesmo no longo prazo, a qualidade de vida do produtor familiar poderá melhorar, porém não foram encontrados resultados significantes para sugerir uma melhora do bem-estar destes produtores beneficiários do PRONAF para esta região.

Os trabalhos focados no Brasil como um todo demonstraram, de modo geral, resultados positivos na influência do PRONAF para o aumento de produtividade, renda, PIB

per capita e agropecuário, bem como para o aumento do uso de tecnologias e veículos. Com estas constatações, para o Brasil, de modo geral, os resultados foram sugestivos ao possível aumento do bem-estar do produtor rural familiar tomador de crédito do PRONAF.

Deste modo, é possível observar similaridade entre os resultados do Brasil e da região Sul, já que esta é a principal região tomadora de crédito no país. Resultados estes que convergem para um possível impacto positivo no bem-estar dos beneficiários.

Deste modo, confirma-se a hipótese inicial de que o PRONAF pode trazer efeitos positivos para o bem-estar dos beneficiários para o Brasil como um todo, principalmente para a região Sul, porém não foi possível confirmar com convicção esta hipótese para a região Sudeste, mesmo que os estudos apontem para esta confirmação. Ademais, este trabalho contribui para os estudos sobre os efeitos do programa para melhorias nos aspectos econômicos dos produtores rurais beneficiários, ao fazer um levantamento das principais evidências existentes, porém, verificou-se que o acervo dos temas analisados é baixo, o que pode ser resultado da sistematização de pesquisa adotada. Assim, é importante que, futuramente, pesquisas busquem analisar as condições de vida e o aumento da renda de produtores rurais em todas as regiões brasileiras, visto que a maioria dos trabalhos encontrados abrangiam o Sul ou o Brasil todo.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, E. O que significam as medidas de produtividade da agricultura? **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 8, n. 3, p. 349-370, set./dez. 2010.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de extensão e estudos rurais. Viçosa, MG**. Vol. 1, n. 2 (jul./dez. 2011), p. 309-347, 2011.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS**, p. 53-81, 2015.

AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A.; TONNEAU, JP. PRONAF: POLÍTICA AGRÍCOLA DISCRIMINATÓRIA?!. **Expressão, Mossoró**, 39(1-2); p.19-38; jan./dez. 2008.

ARAUJO, J. A. de; ALENCAR, M. O. de; VIEIRA FILHO, J. E. R.. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil: uma avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Redes, Santa Cruz do Sul**, v. 25, p. 2009-2034, 2020. Edição especial 2.

ARAÚJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016**, Texto para Discussão, No. 2412, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2018.

BACCARIN, J. G.; PEREIRA, R. L.; SILVA, D. B. P.; OLIVEIRA, J. A. Conformidade na distribuição dos créditos do Pronaf: análise em relação ao número e à renda bruta de estabelecimentos da agricultura familiar nas regiões geográficas brasileiras. **Geografia**, v. 41, n. 3, p. 549-566, 2016.

BATISTA, H. R.; NEDER, H. D. Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001-2009). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 147-166, 2014.

BRASIL. MEPF- Política Fundiária – **Desenvolvimento Agrário**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília, DF, 1996. Acesso em 03 de novembro de 2020. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,PRONAF%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=2%C2%BA%20%20PRONAF%20assenta%2Dse,agricultores%20familiares%20e%20suas%20organiza%C3%A7%C3%B5es>>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Lei da Agricultura Familiar**. Brasília, DF, 2006. Acesso em 03 de novembro de 2020. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm?_ga=2.25211577.585656984.1604446718-2056237778.1604446718>

BRINKER, I. **O crédito na agricultura brasileira no período 2013-2018**: Um estudo do PRONAF, PRONAMP e demais linhas de crédito rural, com ênfase no investimento. 2019. 95f Dissertação. Mestrado em Economia. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Porto Alegre (RS). 2019.

CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. **Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)**. (No. 1974). Texto para Discussão, 2014.

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação. **Apoio à modernização do setor público para o melhoramento da seguridade alimentaria e a redução da pobreza nas áreas rurais**: Um estudo de caso do PRONAF nos municípios de Orizona e Davinópolis no estado de Goiás. Santiago; 2005.

FRANK, R. H.; BERNANKE, B. S. **Princípios de economia**. 4^o ed. São Paulo AMGH Editora, 2012.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Transformações estruturais da agricultura e produtividade total dos fatores. **Textos para discussão N°768**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 2000.

GAZOLLA M.; SCHNEIDER, S.. Qual" fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GOMES, I.; MELLO, S.; BOLZAN, L. Análise de Políticas Públicas. Os efeitos da concessão de crédito rural no sul do Brasil no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. In: **VI Encontro Brasileiro de Administração Pública**, Salvador (BA), 2019.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online]. 2014, v. 52, suppl 1, pp. 125-146.

GUANZIROLI, C. E. Fronteiras de Responsabilidade do PRONAF: Lógica de Intervenção, Avaliações e Sugestões de Política. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 17, n. 1, p. 123-146, 2019.

GUANZIROLI, C. E.. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 301-328, jun 2007

HELFAND, S.; GARCIA, F.; PORTELA, A.. Conditional Cash Transfers and Rural Development Policies in Brazil: Exploring Potential Synergies between Bolsa Familia and PRONAF. FIDA, Final Draft. 2015.

HELFAND, S. M.; PEREIRA, V. F. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. **A nova cara da Pobreza Rural: Desafios para as políticas Públicas (Org.)**, Brasília: IICA, (série desenvolvimento rural sustentável) v.16, p.121-159, 2012.

KAGEYAMA, Angela. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito. **Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 2, p. 1-13, 2003.

LAVINAS, L.; COBO, B. Alcance. Limite das Políticas Sociais para o Combate à Pobreza: Desafios do mundo rural. MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. **A Nova Cara da Pobreza Rural: Desafios para as políticas públicas (Org.)**, Brasília: IICA, (série desenvolvimento rural sustentável)v. 16, p. 367-398, 2012.

LELIS, D. A. S.; CLARK, G. Intervenção estatal na agricultura: a possibilidade de uma ação ética a fim de materializar a constituição brasileira. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 164-183, 2016.

MAGALHÃES, André Matos, et al. (2005): *The family farm program in Brazil: the case of Parana*. XVIII Congresso SOBER, julho/2005. Ribeirão Preto SP

MALHEIROS, M. A. C. et al. A Influência Do Pronaf Na Economia Regional E Na Geração De Renda Em Pequenas Propriedades Rurais. **Revista Gesto**, v. 3, n. 2, p. 1–13, 2015.

- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: **Atlas**, 2012. p. 43-44.
- MARIONI, L. DA S.; VALE, V. A.; PEROBELLI, F. S.; FREGUGLIA, R. S. Uma aplicação de regressão quantílica para dados em painel do PIB e do PRONAF. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 2, p. 221–242, 2016.
- MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.
- MIRANDA, D. L. R.; GOMES, B. M. A. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira. **Sociedade & Natureza**, v. 28, n. 3, p. 397–408, 2016.
- MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F. R.; MOTTER, K. Z. Avaliação de impacto do Pronaf B sobre a satisfação de agricultores familiares em municípios de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2014.
- OLIVEIRA, D. V. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): uma avaliação de impacto na renda dos agricultores da região Sudeste**. 2019. 66 f. Dissertação. Mestrado em Agronegócios. Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- OLIVEIRA, R. A. DE; BUENO, L. R. O impacto do financiamento do PRONAF sobre indicadores agrícolas nas lavouras do Estado do Paraná: uma análise de dados em painel. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 292–309, 2019.
- PEREIRA, R. L.; SILVA, D. B. P.; BACCARIN, J.G. Distribuição Dos Créditos Do Pronaf Em Relação Ao Número De Agricultores E Renda Bruta Da Agricultura Familiar Nas Regiões Geográficas Brasileiras, De 1999 A 2013. . In: Anais do 53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). **Anais do 53º Congresso da SOBER**. João Pessoa, Paraíba, 2015.
- PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L.; RABASCO, E. **Microeconomia**. 8ª ed. São Paulo. Pearson Educación, 2013.
- RODRIGUES, G. M. et al. Os desafios do desenvolvimento rural: uma análise dos efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nos Municípios fluminenses de Paty do Alferes, Valença e Vassouras. 2018.
- RODRIGUES, G. M. O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 29-48, 2019.
- SANTOS, R. B. N.; BRAGA, M. J. Impactos do crédito rural na produtividade da terra e do trabalho nas regiões brasileiras. **Economia Aplicada**, v. 17, n. 3, p. 299-324, 2013.
- SILVA, F. F. **Distribuição de crédito para a agricultura familiar: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural**. 2006. 250f. Dissertação. Mestrado em economia - Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

SILVA, T. G. M. **Análise dos efeitos do Pronaf custeio e investimento sobre a produtividade agropecuária dos municípios de Minas Gerais.** 2021. 44f Monografia. Monografia em Ciências Econômicas. Instituto De Ciências Sociais Aplicadas. Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil. 2021

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Editora da UFRGS. 1º ed. Rio Grande do Sul 2003.

SOUZA, C. C. M.; REBELLO, F. K.; SANTOS, M. A. S. Impactos Econômicos, Sociais E Ambientais Do Pronaf No Brasil: Uma Revisão Sistemática Da Literatura. **Geosul**, Florianópolis, v. 36, n. 80, p. 292-314. 2021.